

RESENHA

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, p. 242, 1995.

*Tarcísio Rodrigues Botelho**

Os estudos sobre o passado brasileiro têm sofrido uma grande renovação com os trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação em História das universidades, brasileiras e estrangeiras. Alguns autores têm identificado esse movimento como a principal transformação sofrida pela historiografia brasileira nas últimas décadas. Entretanto, muito do que se produz não encontra a necessária divulgação em livro. Assim, deve-se comemorar sempre que uma editora se propõe a divulgar a produção acadêmica brasileira. É o caso da presente obra, editada por uma casa que tem como projeto editorial exatamente essa preocupação com o que se produz na nossa academia.

Em nosso caso a comemoração deve ser dupla porque se trata de uma obra que aborda um período pouco contemplado pela produção editorial brasileira: o século XVIII, em especial, em Minas Gerais. Esse período e essa região apresentam singularidades que os tornam únicos na História brasileira. A região onde foram descobertas as primeiras grandes jazidas auríferas pelos colonizadores portugueses assistiu à construção de uma sociedade peculiar, como até então não se observava nessas colônias lusitanas das Américas. A sociedade mineradora caracterizou-se por apresentar um alto grau de urbanização, ao qual se associou um esplendor artístico poucas vezes igualado em território brasileiro. Sua economia peculiar produziu uma realidade bastante específica, em que o escravismo tomou contornos próprios, como o predomínio da pequena propriedade e uma alta taxa de alforrias. Esses traços específicos levaram muitos autores a proclamar um (improvável) espírito democrático, onde a ascensão social era algo comum e as possibilidades de alcance da alforria por parte do escravo eram bastante

* Professor Assistente do Departamento de História da UFG, doutorando em História Social pela USP.

viáveis. À parte os problemas em se aceitar afirmativas categóricas a esse respeito, podemos dizer que as alforrias formam um capítulo especial na História do escravismo mineiro. É a essa problemática que se dedica, com muita propriedade, a obra de Eduardo França Paiva.

Fruto da dissertação de mestrado defendida junto ao Departamento de História da UFMG, o estudo pretende resgatar o universo cotidiano de homens e mulheres das Minas Gerais, capturados pelos laços da instituição de trabalho compulsório que vigorou no Brasil até o final do século XIX. Assim, escravos, libertos e livres surgem imersos no universo dessa relação social básica que determinava todos os comportamentos, anseios e possibilidades dos seres humanos de então. Este resgate é feito através da utilização de uma fonte extremamente rica, que tem sido utilizada por vários historiadores com ótimos resultados. Estamos falando dos testamentos, documentos em que as pessoas, já próximas da morte, expressavam suas vontades finais. Através deles, podemos capturar esses seres humanos no seu momento mais frágil, quando tinham que acertar suas contas com o mundo terreno para garantirem uma vida de paz no mundo espiritual. Explorando todo o potencial dessa documentação, o autor consegue traçar um perfil das lutas empreendidas pelos escravos para alcançarem a “graça” da alforria, seja ela gratuita (quando dada pelo senhor a seu escravo sem nenhum custo monetário para este), seja ela onerosa (concedida após o escravo pagar ao senhor por sua carta de alforria).

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das observações finais. Já na introdução o autor destaca o fato de que irá trabalhar com uma região específica de Minas Gerais, a Comarca de Sabará. Maior comarca de Minas Gerais ao longo do século XVIII, era também aquela que apresentava a maior diversidade econômica, o que a tornaria representativa de um universo bastante amplo. Merece destaque também o cuidado em ressaltar as diferentes formas como escravos e senhores poderiam encarar a alforria. Assim, para os senhores, "elas teriam representado um mecanismo que garantia a manutenção da ordem escravista e da estrutura de classes dela proveniente, além de uma espécie de válvula de escape para os conflitos inerentes ao sistema" (p. 21). Para os escravos, por sua vez, "teria significado o mais importante objetivo de vida, pelo qual valia a pena adaptar-se ao sistema – real ou teatralizadamente – incorrendo numa espécie de resistência pragmática" (p.21).

No capítulo I ("Discussões sobre as fontes: os testamentos e a temática da resistência na historiografia"), procura-se retratar o momento da confecção do testamento, ressaltando os temores e as dúvidas que rondavam seus autores no momento de redigirem suas disposições finais. Há a preocupação em identificar para o leitor o tipo de documento que embasa a pesquisa, através da descrição da estrutura dos testamentos. As páginas seguintes são dedicadas à revisão da bibliografia sobre a resistência escrava, com o uso de obras tanto sobre o Brasil quanto sobre a experiência norte-americana e caribenha.

O capítulo II, intitulado "Caminhos da libertação", inicia-se com uma análise da população em Minas Gerais no século XVIII e princípio do século XIX, destacando a posição ocupada pela comarca e a vila de Sabará no conjunto da capitania. O estudo das manumissões na região com base nos testamentos mostra um ligeiro predomínio das alforrias pagas (52,56%) sobre as gratuitas, além de um peso significativo de coarctações. Este último tipo de alforria, em que o escravo faz um contrato com o seu senhor comprometendo-se a pagar por sua liberdade em parcelas determinadas por ambos e durante o tempo acordado, tem merecido poucos estudos de autores brasileiros, devendo-se destacar os méritos desse esforço em compreendê-lo.

O capítulo III, "A mulher negra na sociedade mineira: escravas e libertas", trata de temas importantes nos novos estudos sobre a escravidão brasileira, como o padrão de intercursos sexuais entre escravos, libertos e livres, a posição dos filhos de livres com escravos e a família escrava. Além disso, procura-se recompor o cotidiano da liberta, mostrando a importância do pequeno comércio para sua sobrevivência destacando os itens do seu universo cultural, o compadrio entre libertas, escravos e livres e a participação em irmandades, dentre outros temas.

No capítulo IV ("Algumas impressões sobre a sociedade mineira através dos testamentos"), o autor procura utilizar a riqueza informativa dos testamentos quanto à sociedade mineira. Assim, trata inicialmente das "Pessoas, famílias e moradias", onde mostra a origem, estado conjugal, tipos de casamentos, tipos de estruturas familiares e moradias daqueles que deixaram testamentos. Em seguida, analisa seus "Débitos, créditos, penhoras e doações". Por fim, trata dos "Escravos: uma avaliação geral", onde resgata suas origens, a propriedade em escravos e estrutura de posse de cativos segundo transparece nos testamentos analisados.

Finalmente, nas observações gerais, o autor procura resgatar algumas questões colocadas ao longo da obra, apontando, a partir daí, algumas possíveis interpretações generalizantes. Embora faça colocações difíceis de serem sustentadas (como a identificação de algumas matrizes do 'jeitinho' brasileiro no comportamento ambíguo do escravo frente ao senhor, no que tange à alforria), a obra encerra-se com um bom fecho.

Trata-se, pois, de um trabalho de fôlego, em que se procura explorar ao máximo o potencial da fonte documental escolhida. Aí reside, entretanto, a sua força e o seu limite. Quando opta por utilizar de forma massiva apenas os testamentos, podemos assistir a uma exploração plena desta fonte, com todas as valiosas informações que ela nos traz. Entretanto, ao se limitar apenas a ela, o autor perde algumas dimensões importantes da realidade histórica que pretende compreender. Assim, o testamento expressa os anseios individuais daquele que o confecciona, não sendo possível uma leitura externa que complemente o retrato traçado do liberto. Entretanto, não será este o problema que desmerecerá a dimensão da pesquisa e a relevância da obra aqui retratada. Esperamos, isto sim, que apareçam outras obras do autor, ao lado de novos estudos que recomponham o universo das sociedades mineradoras do Brasil colonial.